Universidade do Minho
Escola de Psicologia

Ana Beatriz Abreu Machado

Empatia e Funcionamento executivo em Reclusas: Análise Comparativa entre Crimes Violentos e Crimes Não Violentos

junho de 2024

Empatia e Funcionamento Executivo em Reclusas: Análise Comparativa entre Crimes Violentos e Crimes Não Violentos
Ana Machado

UMinho | 2024

Universidade do Minho
Escola de Psicologia

Ana Beatriz Abreu Machado

Empatia e Funcionamento Executivo em Reclusas: Análise Comparativa entre Crimes Violentos e Crimes Não Violentos

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Psicologia da Justiça

Trabalho efetuado sob a orientação de
Professora Doutora Olga Cunha
Professora Doutora Sónia Caridade

junho de 2024

Empatia e Funcionamento Executivo em Reclusas: Análise Comparativa entre Crimes Violentos e Crimes Não Violentos

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações
CC BY-NC-ND

https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/

Agradecimentos

A conclusão desta dissertação não teria sido possível sem o apoio incondicional de várias pessoas, às quais gostaria de expressar a minha maior gratidão.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer profundamente às minhas orientadoras, Professora Olga e Cunha e Professora Sónia Caridade, pela ajuda constante e apoio ao longo deste percurso. Os seus conhecimentos e dedicação foram sem dúvida fulcrais para o desenvolvimento desta dissertação.

Agradeço ainda à Marina por ter sido o apoio de todas as horas e por acreditar sempre em mim. Obrigada por seres tu e por te tornares "casa".

Aos meus pais, agradeço todo o apoio e acompanhamento, que tornaram estes cinco anos possíveis. Serei eternamente grata. Ao meu irmão agradeço pelo apoio incondicional, por estar sempre do meu lado e tornar tudo mais simples.

À Lisa, por nunca sair do meu lado, e melhorar sempre o meu dia sem nunca dizer uma palavra. Obrigada pelo amor incondicional de sempre.

Ao meu namorado, que acreditou sempre em mim, agradeço de coração todo o suporte emocional, amor e compreensão. Para sempre grata pela confiança e orgulho incondicional.

Agradeço ainda aos meus amigos. À Mariana, Soraia e Catarina, por me ouvirem e me darem a força que eu precisava às vezes; à Margarida, Inês, Simão, Carolinas e Joaninha, por trazerem sempre leveza e riso ao meu dia; e à Maria, Sara, Catarina e Sofia pelos jantares de sábado, que me ajudaram mais do que alguma vez possam imaginar.

Empatia e Funcionamento Executivo em Reclusas: Análise Comparativa entre Crimes Violentos e Crimes Não Violentos

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Ana Beatriz Abreu Machado



Assinado por: Ana Beatriz Abreu Machado
Identificação: BI15668835
Data: 2024-06-05 às 18:20:42

Empatia e Funcionamento Executivo em Reclusas: Análise Comparativa entre Crimes Violentos e Crimes Não Violentos

Resumo

A falta de empatia e défices no funcionamento executivo encontram-se associados a comportamentos antissociais que se interligam com a criminalidade. No entanto, em Portugal, são ainda poucos os estudos que se dedicam a estudar a criminalidade feminina e o modo como a empatia e o funcionamento executivo se relacionam com a mesma. Assim, o presente estudo visa analisar e comparar a empatia e o funcionamento executivo em mulheres em reclusão que cometeram crimes violentos e não violentos, utilizando a Escala Básica da Empatia e a Bateria de Avaliação Frontal. A amostra foi composta por 113 mulheres reclusas, entre os 20 e 81 anos. Os resultados mostraram que as mulheres que cometeram crimes violentos apresentaram menor empatia cognitiva que as mulheres que cometeram crimes não violentos. Quanto ao funcionamento executivo, não se verificaram diferenças entre as mulheres que cometeram crimes violentos e as que cometeram crimes não violentos. Foram encontradas correlações entre as componentes do funcionamento executivo e a empatia. O estudo da criminalidade feminina desempenha um papel essencial na reinserção social, com a prevenção da reincidência, fundamentando políticas de intervenção assentes no conhecimento das características intrínsecas à condição do género feminino.

Palavras-chave: Criminalidade feminina, Empatia, Funcionamento executivo, Crimes violentos e não violentos

Empatia e Funcionamento Executivo em Reclusas: Análise Comparativa entre Crimes Violentos e Crimes Não Violentos

Empathy and Executive Functioning in Women Prisoners: Comparative Analysis between Violent and Non-Violent Crimes

Abstract

Lack of empathy and executive functioning deficits are associated with antisocial behaviors linked to criminality. However, in Portugal, there are still few studies dedicated to studying female criminality and how empathy and executive functioning relate to it. Therefore, the present study aims to analyze and compare empathy and executive functioning in women in prison who have committed violent and non-violent crimes, using the Basic Empathy Scale and the Frontal Assessment Battery. The sample consisted of 113 female prisoners, between 20 and 81 years old. The results showed that women who committed violent crimes had less cognitive empathy than women who committed non-violent crimes. Regarding executive functioning, there were no differences between women who committed violent crimes and those who committed non-violent crimes. Correlations were found between the components of executive functioning and empathy. The study of female criminality plays an essential role in social reintegration, with the prevention of recidivism, supporting intervention policies based on knowledge of the characteristics intrinsic to the condition of the female gender.

Key-Words: Female criminality, Empathy, Executive functioning, Violent and non-violent crimes

Indice

Empatia 8
Funcionamento executivo 9
Empatia, funcionamento executivo e comportamento criminal 10
Criminalidade feminina 12
População reclusa feminina em Portugal 13
Objetivos geral e específicos 14
Método 15
Participantes 15
Instrumentos 17
Procedimento 18
Análise de dados 19
Resultados 20
Empatia 20
Funcionamento Executivo 23
Empatia e Funcionamento executivo 26
Funcionamento executivo, idade e habilitações literárias 29
Conclusão 35
Referências 37
Anexos 43
Anexo A 43
Anexo B: Parecer da Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas 46

Índice de tabelas

Tabela 1 16
Tabela 2 17
Tabela 3 20
Tabela 4 21
Tabela 5 21
Tabela 6 22
Tabela 7 23
Tabela 8 23
Tabela 9 24
Tabela 10 24
Tabela 11 25
Tabela 12 26
Tabela 13 27
Tabela 14 28
Tabela 15 29
Tabela 16 30
Tabela 17 43

Introdução

Empatia

A capacidade de experienciar empatia constitui um elemento fundamental e benéfico da natureza humana que abrange desde a ligação entre pais e filhos, à compreensão e partilha dos sentimentos e estados emocionais das outras pessoas (Yan et al., 2020; Yoder, 2022). Esta capacidade inata de perceber, responder e ser sensível aos estados emocionais dos que nos rodeiam, é atualmente descrita como um conceito multidimensional, constituído por uma dimensão cognitiva e uma dimensão afetiva (Yan et al., 2020; Yoder, 2022).

A empatia cognitiva define-se como a competência de adoção da perspetiva de uma pessoa e perceção dos seus pensamentos e sentimentos (Anastácio et al., 2016). Facilita tanto a compreensão e a previsão do comportamento do outro, como o diálogo e entendimento social (Anastácio et al., 2016). Por sua vez, a empatia afetiva corresponde à capacidade de conseguir vivenciar vicariamente, e de maneira autónoma, as emoções dos que nos rodeiam (Yan et al., 2020; Yoder, 2022). Isto motiva o sujeito a agir de maneira altruísta e a fortalecer os seus comportamentos prossociais (Anastácio et al., 2016; Yoder, 2022). Níveis mais baixos de empatia encontram-se interligados a um aumento do comportamento agressivo e antissocial (Anastácio et al., 2016).

Seguindo esta linha de que a empatia funciona como um impulso para os comportamentos prossociais, é importante realçar que nem sempre a mesma funciona de forma linear, sofrendo influência da capacidade cognitiva de cada um (Yan et al., 2020). Numa meta-análise desenvolvida por Yan et al. (2020), verificou-se que as emoções dos outros podem induzir emoções semelhantes no observador através do contágio emocional, resultando numa necessidade, por parte do observador, de regular e controlar essas mesmas emoções com o objetivo de conseguir demonstrar preocupação. Na referida meta-análise, é ainda documentado que a empatia orientada para o outro pode prever um comportamento prossocial posterior, que se encontra, por si só, altamente relacionado com o funcionamento executivo.

Funcionamento executivo

O funcionamento executivo é uma capacidade cognitiva básica que compreende uma série de processos psicológicos de nível superior que sustentam o controlo consciente do pensamento e da ação, necessários na autorregulação emocional (Yan et al., 2020). Estas funções sofrem algumas mudanças durante o processo de envelhecimento, esperando-se uma deterioração das mesmas, e são influenciadas pelo nível de escolaridade (Faria et al., 2015). As subcomponentes mais estudadas do funcionamento executivo são o controlo inibitório (processo cognitivo de inibição ou controlo da atenção, comportamento, pensamento e emoções com o intuito de substituir uma forte predisposição interna ou atração externa), a memória de trabalho (capacidade de manter informação, objetivos e regras de recurso atencional) e a flexibilidade cognitiva (capacidade de troca)(Cristofani et al., 2020; Yan et al., 2020).

A associação entre a existência de défices no funcionamento executivo e a adoção de comportamentos antissociais tem-se tornado objeto de considerável investigação (Olgivie et al., 2011). Deste modo, é defendido que défices no funcionamento executivo podem aumentar o risco de envolvimento e perpetração de comportamentos antissociais, uma vez que podem resultar em agressividade, distração e impulsividade, e consequentemente diminuir a capacidade de inibição de comportamentos, antecipação de consequências e avaliação de possíveis punições e recompensas (Olgivie et al., 2011). Também os estudos na área da neuropsicologia evidenciam que a conduta antissocial é uma consequência de vários fatores, incluindo défices ao nível das funções executivas (Arbeláez et al., 2020). Em efeito, estes défices comprometem a capacidade do sujeito em adotar comportamentos socialmente apropriados perante situações desafiantes e associam-se à criminalidade, perturbação de conduta, psicopatia e perturbação de personalidade antissocial (Olgivie et al., 2011). Morgan e Lilienfeld (2000) descreveram a associação entre comportamentos antissociais e os níveis de funcionamento executivo, concluindo que indivíduos com comportamentos antissociais apresentavam significativamente piores desempenhos em tarefas de avaliação do funcionamento executivo.

Empatia, funcionamento executivo e comportamento criminal

As três componentes mais estudadas do funcionamento executivo, mencionadas acima, encontram-se interligadas e são influenciadas pela capacidade empática (Yan et al., 2020). O controlo inibitório, durante o processo empático, e através da inibição de respostas automáticas às emoções dos outros, ajuda na regulação de respostas apropriadas (Yan et al., 2020). Especificamente, dentro do funcionamento executivo, o controlo inibitório é a componente que mais se destaca na compreensão da conduta antissocial (Arbeláez et al., 2020). Valiente et al. (2004) descobriram que crianças com melhor controlo inibitório são mais propensas a demonstrar empatia orientada para o outro e menos propensas a demonstrar empatia orientada para o *self*. Através da memória de trabalho, os indivíduos conseguem reter a informação emocional dos outros e atualizá-la quando necessário (Yan et al., 2020). Gao et al. (2016) demonstraram que, tanto a empatia cognitiva como a empatia afetiva, se encontravam significativamente correlacionadas a memória de trabalho. Por fim, a flexibilidade cognitiva, uma componente que se baseia no desenvolvimento do controlo inibitório e da memória de trabalho (Yan et al., 2020), quando deficitária, pode resultar numa baixa capacidade de demonstração de empatia para com os outros (Gökçen et al., 2016).

Yan et al. (2020) defendem o papel preponderante do funcionamento executivo no processo empático, funcionando este como um interruptor modulador da empatia. Concluíram também, que a empatia se encontra correlacionada positivamente e significativamente com o funcionamento executivo, ou seja, um apropriado funcionamento executivo seria um pré-requisito para uma alta empatia (Yan et al., 2020). Como referido por Azeredo et al. (2023), a falta de empatia está muitas vezes associada à violência e criminalidade, e, por este motivo, é muitas vezes utilizada como explicação para comportamentos antissociais. Se uma baixa empatia é um preditor de comportamentos antissociais (Azeredo et al., 2023), é possível inferir que um baixo funcionamento executivo também o será (Yan et al., 2020), permitindo concluir que comportamentos antissociais podem estar relacionados com défices no funcionamento executivo e, por sua vez, na empatia (Azeredo et al.,2023; Yan et al., 2020). Especificando, Jollife e Farrington (2004) relataram uma relação mais forte entre o cometimento de crimes e a empatia cognitiva, do que com a empatia afetiva.

Uma das explicações sobre as funções executivas e o seu papel no comportamento assenta na observação dos processos mentais como módulos, sendo um destes processos a Teoria da Mente

(Arbeláez et al., 2020). A Teoria da Mente é um processo que, a nível cortical, sintetiza uma grande parte das funções executivas (Arbeláez et al., 2020). É a capacidade de compreender, inferir e atuar em função dos estados mentais do outro, sendo esta capacidade de reconhecimento de emoções associada à empatia (Arbeláez et al., 2020). Assim, a empatia e a Teoria da Mente aparentam ser entidades semelhantes, com processos biológicos subjacentes à consciência e à rotulagem emocional do outro (Arbeláez et al., 2020). Baron- Cohen (2012) concetualizou a ideia de que a Teoria da Mente apresenta poder preditor de conduta antissocial e que, tanto a Teoria da Mente como o funcionamento executivo, evidenciam também uma ligação direta com a conduta antissocial. Por fim, é possível concluir que a Teoria da Mente, uma variável interligada ao funcionamento executivo e empatia, é também uma variável preditora de comportamentos antissociais (Arbeláez et al., 2020).

O comportamento antissocial pode ser definido como a falta de respeito por valores comuns e partilhados pela maioria, a falta de consideração pelos outros e um comportamento contrário às normas prevalentes de conduta social, que cause dano intencional ou negligente para a sociedade (Curtis, 2016). Este tipo de comportamento não é necessariamente criminal, dependendo das especificidades legislativas de cada país (Curtis, 2016) e encontra-se muitas vezes associado à violência (Walker, 2000). Nem todos os atos violentos podem ser considerados crimes violentos, sendo necessária a violação de um código legal (Quaresma, 2019). Em Portugal, coexistem duas definições relevantes no domínio da criminalidade violenta, uma inscrita no Código de Processo Penal e a que é utilizada no Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) (Quaresma, 2019). O CPP define a criminalidade violenta como as "condutas que dolosamente se dirigirem contra a vida, a integridade física, a liberdade pessoal, a liberdade e autodeterminação sexual ou a autoridade pública e forem puníveis com pena de prisão de máximo igual ou superior a cinco anos" (Quaresma, 2019). A designação fornecida pelo RASI define a criminalidade violenta e grave como "as tipologias criminais que integram a criminalidade violenta e grave têm como denominador comum a violência física ou psicológica e causam forte sentimento de insegurança" (Sistema de Segurança Interna [SIS], 2024). Assim sendo, e, devido ao facto de este estudo se focar na população reclusa, uma junção das duas definições apresenta-se como a solução mais adequada no que concerne à definição dos crimes violentos. Definem-se assim, os crimes presentes na Tabela 17 do Anexo, como crimes violentos.

Criminalidade feminina

A investigação científica focada no género feminino foi constantemente negligenciada ao longo dos anos e, no que se refere à investigação da criminalidade feminina, o desfecho é o mesmo (Burke, 2009). A justificação desta negligência centra-se na existência de níveis mais baixos de envolvimento no crime por parte das mulheres e pela assunção de que as mulheres são predominantemente cumpridoras da lei (Burke, 2009).

Lombroso (1898), defendendo a existência de um determinismo biológico no crime, comparou as características de mulheres "criminosas" com as características de mulheres não criminosas e considerou os traços comuns no grupo "criminoso" como atavismo, sendo que quem os possuísse era visto como uma potencial criminosa (Burke, 2009). Para Lombroso, a maioria das mulheres não praticavam os atos criminais devido à sua falta de inteligência e paixão, algo que era intrínseco aos criminosos e a todos os homens (Burke, 2009). Em suma, neste modelo, as mulheres que comem crimes possuem características masculinas, enquanto que as mulheres "normais" são consideradas femininas (Burke, 2009). Thomas (1907), com a introdução da compreensão de fatores fisiológicos, psicológicos e sociológicos, explica que o estatuto inferior das mulheres se baseia nos seus sentimentos maternais e consequente domesticação, propondo que as mulheres de classe média cometem menos crimes devido a uma socialização de maior controlo, enquanto que as mulheres de classe baixa são amorais e procuram excitação (Burke, 2009). Mais tarde, Sutherland e Cressey (1960) desenvolveram a teoria de associação diferencial com o argumento de que o comportamento criminal é aprendido tal como qualquer outro comportamento, onde as pessoas se tornam criminosas através do contacto frequente com pessoas que cometem crimes (Burke, 2009). O controlo informal diferenciado entre homens e mulheres, que é exercido pela família e que assenta numa socialização diferenciada de género, reduz a exposição das mulheres a comportamentos criminais (Burke, 2009). Matos e Machado (2012) explicam que estas abordagens acabam por resultar num paradoxo onde, por um lado se justifica o crime no género feminino pelas suas características psicológicas e biológicas intrínsecas à sua situação de mulher, mas ao mesmo tempo a mulher que comete crimes é pouco feminina e automaticamente possuí poucas destas características e mais características masculinas.

Face ao reducionismo biológico e psicológico inerente às teorias anteriores, surgem as teorias feministas do estudo da mulher no crime (Matos & Machado, 2012). É apresentada uma dicotomia denominada de *"mad/bad"*, que se traduz em "louca/má" (Singh, 2017). Quando as mulheres

cometem crimes que se alinham com o ideal do papel do género feminino, são rotuladas como "loucas" (Singh, 2017), existindo uma patologização da criminalidade, quase como que excluindo a possibilidade de a mulher cometer crimes de forma racional (Matos & Machado, 2012). Quando as mulheres cometem crimes tipicamente "masculinos", são rotuladas como duplamente transgressoras, por transgredirem simultaneamente a lei e os papéis de género convencionais, e enquadram-se na tipologia de "más" (Matos & Machado, 2012; Singh, 2017). Estas mulheres são consideradas mais perversas do que os homens por agirem em contradição com as expectativas sociais de género, e punidas duplamente devido a este estigma (Matos & Machado, 2012). Esta ideia alimenta o preconceito de que a mulher não comete crimes por ser mulher, sendo que quando o faz, deve ser condenada a uma maior punição do que um homem nas mesmas condições, por transgredir a lei e o papel de género associado; por outro lado, quando comete um crime, mas assegura os papeis de género impostos socialmente, como a maternidade, pode ser menos punida do que uma mulher que não o faça (Matos & Machado, 2012). A linha feminista confirma que estes estereótipos sociais são exercidos pelo sistema legal, punindo mais severamente uma mulher que é percebida como má mãe (Matos & Machado, 2012).

População reclusa feminina em Portugal

Em Portugal, no ano de 2023, de entre as penas e medidas que estiveram em execução, 10.5% eram de mulheres (SSI, 2024). A 31 de dezembro de 2023, encontravam-se, em Portugal, 233 mulheres em pena preventiva e 673 mulheres condenadas (SSI, 2024).

De acordo com Villafaina-Domínguez et al. (2020) a população reclusa sofre, por norma, de depressão, ansiedade e défices na empatia. Apesar disso, Goldstein e Higgins-D'Alessandro (2001), numa comparação entre mulheres em reclusão que cometeram crimes violentos e não violentos, não encontraram diferenças significativas a nível da empatia entre as mesmas. Quanto ao funcionamento executivo, Neves e Pinho (2018), num estudo realizado com indivíduos em reclusão de ambos os sexos, relataram que a população reclusa apresenta défices no funcionamento executivo e exibem estratégias de *coping* disfuncionais quando comparada a grupos de controlo. Por fim, Meijers et al. (2017), num estudo realizado com indivíduos em reclusão do sexo masculino, concluíram que aqueles que cometeram crimes violentos apresentam piores pontuações em certas componentes do

funcionamento executivo (tarefa *stop-signal* e inibição da resposta- sugerindo a existência de um défice pré-frontal mais acentuado) quando comparados com os indivíduos condenados por crimes não violentos.

Objetivos geral e específicos

O presente estudo tem como objetivo geral caracterizar e analisar a empatia e o funcionamento executivo em mulheres em reclusão que cometeram crimes violentos e não violentos. De forma específica pretende-se:

1. Comparar a empatia em mulheres em reclusão que cometeram crimes violentos e não violentos.
2. Comparar o funcionamento executivo em mulheres em reclusão que cometeram crimes violentos e não violentos.
3. Analisar a relação entre a empatia e funcionamento executivo em mulheres em reclusão.

Colocam-se as seguintes hipóteses de investigação:

1. Mulheres em reclusão apresentam uma menor empatia quando comparadas à população normativa
2. Mulheres em reclusão que cometeram crimes violentos apresentam pontuações semelhantes a nível da empatia quando comparadas a mulheres em reclusão que cometeram crimes não-violentos.
3. Mulheres em reclusão apresentam menor desempenho a nível do funcionamento executivo quando comparadas à população normativa.
4. Mulheres em reclusão que cometeram crimes violentos apresentam menor desempenho a nível do funcionamento executivo quando comparadas a mulheres em reclusão que cometeram crimes não violentos.
5. A empatia encontra-se correlacionada positivamente com o funcionamento executivo nas mulheres em reclusão.

Método

Participantes

Este estudo é um estudo transversal exploratório, com uma amostra de conveniência de mulheres em reclusão, de caráter quantitativo e com um *design* intra-sujeitos, em que os dados foram recolhidos num momento único.

A amostra incluiu 113 mulheres adultas com idades entre os 20 e os 81 anos, com uma média de idades de 42.74 anos (*SD*=11.21). Todas as participantes encontravam-se em situação de reclusão em estabelecimentos prisionais femininos portugueses do Norte e Centro do país. A maioria das participantes era de nacionalidade portuguesa (83.2%), tinha filhos (86.7%), era solteira (48.7%) e havia concluído o ensino secundário (31%) ou o primeiro ciclo (23%). Relativamente ao estatuto de reincidência, 75.2% das participantes era primária, ao contrário de 34.8% que se apresentou como reincidente. A idade média da primeira reclusão das participantes foi de 36.91 anos (*SD* = 11.78) e a pena de prisão variou entre 9 meses e 25 anos, sendo a média de 7 anos, 11 meses e 22 dias (*SD* =5.61). Foi ainda possível perceber que 50.4% havia apresentado consumos de substâncias em algum momento da sua vida e 30.1% tinha cometido infrações disciplinares dentro do estabelecimento prisional. Quanto à tipologia do crime, 59.3% estava condenada por um crime não violento e 40.7% condenada por um crime violento. Testes de associação de Qui-quadrado e de Mann-Whitney confirmaram a ausência de diferenças entre os dois grupos quer nas variáveis demográficas, quer nas variáveis criminais, à exceção da variável da duração da pena, em que as diferenças já seriam expectáveis dada a natureza dos crimes, com a duração de pena média maior no grupo de crimes violentos. (cf. tabelas 1 e 2).

Tabela 1

Características demográficas e criminais da amostra total e dos grupos

		Crime violento (n=46) (%)	Crime não violento (n=67) (%)	Qui-quadrado de Pearson	*p*	*V de Cramer*	Total (N=113) (%)
Nacionalidade	Portuguesa	40 (87)	54 (80.6)	15.73	.073	.373	94 (83.2)
	Outra	6 (13)	13 (19.4)				19 (16.8)
Habilitações literárias	Sem 1º ciclo	2 (4.3)	1 (1.5)	4.70	.454	.204	3 (2.7)
	1º ciclo	7 (15.2)	19 (28.4)				26 (23)
	2º ciclo	8 (17.4)	12 (17.9)				20 (17.7)
	3º ciclo	13 (28.3)	11 (16.4)				24 (21.2)
	Secundário	14 (30.4)	21 (31.3)				35 (31)
	Ensino superior	2 (4.3)	3 (4.5)				5 (4.4)
Estado civil	Solteira	20 (43.5)	35 (52.2)	1.03	.793	.096	55 (48.7)
	Divorciada/Separada	9 (19.6)	10 (14.9)				19 (16.8)
	Viúva	3 (6.5)	3 (4.5)				6 (5.3)
	Casada/União de facto	14 (30.4)	19 (28.4)				33 (29.2)
Filhos	Sim	39 (84.8)	59 (88.1)	.25	.614	.047	98 (86.7)
	Não	7 (15.2)	8 (11.9)				15 (13.3)
Status de reincidência	Primária	38 (82.6)	47 (70.1)	2.72	.132	.142	85 (75.2)
	Reincidente	8 (17.4)	20 (29.9)				28 (24.8)
Reincidência	No mesmo crime	4 (50)	15 (75)	3.66	.161	.180	19 (67.9)
	Em crime diferente	4 (50)	5 (25)				9 (32.1)
Punições disciplinares	Sim	18 (39.1)	16 (23.9)	3.02	.082	.163	34 (30.1)
	Não	28 (60.9)	51 (76.1)				79 (69.9)
Consumos	Sim	5 (10.9)	12 (17.9)	1.06	.304	.097	96 (85)
	Não	41 (89.1)	55 (82.1)				17 (15)

Tabela 2

Características demográficas da amostra total e dos grupos

	Crime violento (n=46)	Crime não violento (n=67)	Mann-Whitney		*Rank-biserial correlation*	Total (N=113) *(M, SD)*
	M (SD)	*M (SD)*	*U*	*p*		
Idade	42.96 (10.63)	42.6 (11.66)	1419.50	.601	.134	42.74 (11.21)
Idade da 1ª reclusão	37.03 (11.61)	36.84 (11.97)	1205.00	.770	.376	36.91 (11.78)
Tempo de condenação (em anos)	11.31 (6.69)	5.53 (2.82)	452.50	.001	1.494	7.98 (5.61)

Instrumentos

Escala de Empatia Básica (BES)

A Escala Básica de Empatia (BES, *Basic Empathy Scale*; versão original de Jolliffe & Farrington, 2006; versão portuguesa de Anastácio et al., 2016) é uma escala desenvolvida para medir a empatia cognitiva e a empatia afetiva (Anastácio et al., 2016). A versão original é constituída por 20 itens, 11 deles para avaliação da empatia afetiva e nove para avaliação da empatia cognitiva, cotados numa escala de cinco pontos que varia entre "*Discordo totalmente*" (1 ponto) e "*Concordo totalmente*" (5 pontos) (Anastácio et al., 2016). Um item exemplo é "Não me deixo afetar muito pelo que os meus amigos estão a sentir". Podem ser obtidas três pontuações sobre diferentes parâmetros: empatia cognitiva, empatia afetiva e empatia global (Anastácio et al., 2016). A versão portuguesa de 20 itens deste instrumento, apresenta um coeficiente de *alfa* de Cronbach para a escala total de .80, para o fator de empatia afetiva de .71 e para o fator de empatia cognitiva de .80 (Matias, 2012). Para a presente amostra, foi obtido um *coeficiente* de alfa de Cronbach de .714 para a escala total, de .63 para o fator de empatia afetiva e de .68 para o fator de empatia cognitiva.

Bateria de Avaliação Frontal (FAB)

A Bateria de Avaliação Frontal (FAB, *Frontal Assessment Battery*, versão original de Dubois et al., 2000; versão portuguesa de Lima et al., 2008) é um instrumento de avaliação neurocognitiva, que tem como objetivo verificar a existência de problemas nas funções executivas, associadas ao funcionamento do córtex frontal (Cunha & Novaes, 2004). A administração da FAB demora cerca de 10 minutos. A bateria é constituída por seis subtestes em que cada um explora uma das funções relacionadas com o lobo frontal (Cunha & Novaes, 2004; Dubois et al., 2000), sendo eles: semelhanças (capacidade de criar ligações de similaridade); fluência verbal (flexibilidade cognitiva); séries motoras (capacidade execução de ações sucessivas); instruções conflitantes (autorregulação comportamental);controlo inibitório (capacidade de inibição de resposta); e preensão manual (autonomia) (Dubois et al., 2000). Cada subteste é cotado entre 0 e 3, resultando num total máximo possível de 18 pontos (Cunha & Novaes, 2004). O instrumento apresenta um ponto de corte de 12 valores, que distingue corretamente indivíduos com a doença de Alzheimer e demência frontotemporal (Sitek et al., 2015). De acordo com Cunha e Novaes (2004), uma pontuação igual ou inferior a 15 pontos pode indicar disfunção executiva. De ressalvar que a FAB é um teste de rastreio e por si só não apresenta valor de diagnóstico. Assim sendo, para este estudo, foi criada uma variável de categorização do instrumento FAB em que pontuações entre 0 e 12 significam um potencial diagnóstico de demência, pontuações entre 13 e 15 significam uma possível disfunção executiva, e pontuações entre 16 e 18 significam um desempenho cognitivo normativo. O teste apresenta um coeficiente de *alfa* Cronbach de .69 na versão portuguesa (Lima et al., 2008). Neste estudo foi obtido um *coeficiente* de alfa de Cronbach de .72 para o instrumento descrito.

Procedimento

O presente estudo foi submetido a apreciação e validação pela Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Minho (153/2022), procedendo-se ainda à recolha das autorizações da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) e dos autores dos instrumentos utilizados. Após autorização da DGRSP, os Estabelecimentos Prisionais (EP's) selecionados para as recolhas foram contactados com intuito de agendar as mesmas. As

mulheres que cumpriam os critérios de inclusão: a) fluência na língua portuguesa, b) literacia e c) imputabilidade, foram convidadas a participar no estudo. As interessadas dirigiram-se a gabinetes individuais onde assinaram, em formato papel, um consentimento informado, previamente à sua participação no estudo, sendo esta uma condição necessária para a realização do mesmo. Neste consentimento constavam os objetivos do estudo a realizar, os critérios de inclusão para a realização do mesmo, o cariz voluntário da participação, tendo sempre em atenção as características da população que a torna especialmente vulnerável (e a explicação de que podem desistir da mesma a qualquer momento sem que isso implique qualquer tipo de consequência), bem como o compromisso de confidencialidade e anonimato. Cada uma, a seguir, preencheu individualmente o questionário sociodemográfico e sociojurídico, bem como os instrumentos atrás mencionados, numa única sessão, com uma duração média de preenchimento de cada instrumento de 10 minutos. Com a recolha dos dados referentes ao crime cometido, as participantes foram alocadas no grupo de crimes violentos ou crimes não violentos, de acordo com o crime cometido e definido para este estudo (cf. tabela 17). O processo de recolha de dados decorreu entre setembro de 2023 e janeiro de 2024.

Análise de dados

A análise de dados foi realizada com recurso ao software estatístico SPSS *Statistics* 29.0. De forma a caracterizar a amostra, foi utilizada a estatística descritiva (médias, desvio padrão e frequências) (Martins, 2011). Por forma a testar a normalidade dos dados, foi utilizado um teste de Kolmogorov-Smirnov, sendo apenas obtida a normalidade para os dados da empatia global, levando à utilização de testes *t* para amostras independentes apenas para esta variável. Foram também utilizados testes *t* para amostras independentes na comparação das variáveis deste estudo com a amostra normativa. Para as restantes variáveis foram utilizados testes de Kruskl-Wallis, testes de Mann-Whitney, testes de Qui-quadrado, e testes de correlação de *Spearman* quando analisada a relação entre a empatia e o funcionamento executivo (Martins, 2011).

Resultados

Empatia

Quando comparados os valores médios obtidos pelas mulheres em reclusão com os dados da população normativa (Matias et al., 2012) nas escalas de empatia global, empatia cognitiva e empatia afetiva não se verificaram diferenças significativas entre os grupos (cf. tabelas 3, 4 e 5).

Tabela 3

Diferenças nos valores médios de empatia entre a amostra normativa e a amostra total de mulheres em reclusão

	Amostra normativa (Matias et al., 2012) (N=231)		Amostra total de mulheres em reclusão (N= 113)		*t* (342)	*p*	Cohen's *d*
	M	*SD*	M	*SD*			
BES Total	76.59	10.05	76.46	10.26	.112	.911	-.013
BES Cognitivo	37.59	5.69	36.94	5.52	1.005	.316	-.115
BES Afetivo	39.00	6.46	39.53	7.15	.69	.491	.079

Tabela 4

Diferenças nos valores médios de empatia entre a amostra normativa e a amostra de mulheres em reclusão que cometeram crimes violentos

	Amostra normativa (Matias et al., 2012) (N=231)		Mulheres em reclusão que cometeram crimes violentos (n=46)		*t* (275)	*p*	Cohen's *d*
	M	*SD*	*M*	*SD*			
BES Total	76.59	10.05	75.29	9.31	.801	.418	-.131
BES Cognitivo	37.59	5.69	36.13	4.56	1.638	.103	-.264
BES Afetivo	39.00	6.46	39.16	6.71	.152	.879	.025

Tabela 5

Diferenças nos valores médios de empatia entre a amostra normativa e a amostra de mulheres em reclusão que cometeram crimes não violentos

	Amostra normativa (Matias et al., 2012) (N=231)		Mulheres em reclusão que cometeram crimes não violentos (n=67)		*t* (296)	*p*	Cohen's *d*
	M	*SD*	*M*	*SD*			
BES Total	76.59	10.05	77.27	10.86	.479	.633	.066
BES Cognitivo	37.59	5.69	37.49	6.05	.125	.901	-.017
BES Afetivo	39.00	6.46	39.78	7.48	.839	.402	.116

Quando comparadas as mulheres em reclusão que cometeram crimes violentos com as que cometeram crimes não violentos, os resultados revelaram a existência de diferenças significativas na empatia cognitiva, U = 1197.50, p =.044, tendo as mulheres em reclusão por crimes não violentos apresentado valores mais elevados que as mulheres em reclusão (cf. tabela 6). Quanto à empatia afetiva, U= 1477.00, p =.708 (cf. tabela 6), e à empatia global, t (111) = 1.00, p=.317, d = .193, (cf. tabela 7), não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as médias dos grupos de participantes.

Tabela 6

Diferença nos valores médios das subescalas cognitiva e afetiva do BES entre mulheres em reclusão por crimes violentos e mulheres em reclusão por crimes não violentos

	Mulheres em reclusão que cometeram crimes violentos (n=46)	Mulheres em reclusão que cometeram crimes não violentos (n=67)	Mann-Whitney		*Rank-biserial correlation*
	M	*M*	*U*	*p*	
BES cognitivo	36.13	37.49	1197.50	.044	.385
BES afetivo	39.16	39.78	1477.00	.708	.070

Tabela 7

Diferenças nos valores médios de empatia global entre mulheres em reclusão que cometeram crimes violentos e mulheres em reclusão que cometeram crimes não violentos

	Mulheres em reclusão cometeram crimes violentos (n=46)		Mulheres em reclusão que cometeram crimes não violentos (n=67)		*t* (111)	*p*	Cohen's *d*
	M	*SD*	M	*SD*			
BES Total	75.29	9.31	77.27	10.86	1.00	.317	.193

Funcionamento Executivo

Quando comparados os valores médios obtidos no funcionamento executivo pelas mulheres em reclusão com os dados da população normativa (Lima et al., 2012), não se verificaram diferenças significativas entre os diferentes grupos (cf. tabelas 8, 9 e 10).

Tabela 8

Diferenças nos valores médios de funcionamento executivo entre a amostra normativa e a amostra total de mulheres em reclusão

	Amostra normativa (Lima et al., 2012) (N=122)		Amostra total de mulheres em reclusão (N= 113)		*t* (233)	*p*	Cohen's *d*
	M	*SD*	*M*	*SD*			
FAB	15.14	2.43	15.33	2.74	.563	.574	.074

Tabela 9

Diferenças nos valores médios de funcionamento executivo entre a amostra normativa e a amostra de mulheres em reclusão que cometeram crimes violentos

	Amostra normativa (Matias et al., 2012) (N=231)		Mulheres em reclusão cometeram crimes violentos (n=46)		*t* (166)	*p*	Cohen's *d*
	M	*SD*	*M*	*SD*			
FAB	15.14	2.43	14.83	3.34	.509	.662	-.115

Tabela 10

Diferenças nos valores médios de funcionamento executivo entre a amostra normativa e a amostra de mulheres em reclusão que cometeram crimes não violentos

	Amostra normativa (Matias et al., 2012) (N=231)		Mulheres em reclusão que cometeram crimes não violentos (n=67)		*t* (187)	*p*	Cohen's *d*
	M	*SD*	*M*	*SD*			
FAB	15.14	2.43	15.61	2.22	1.311	.192	.199

Com intuito de analisar a eventual existência de diferenças entre os grupos no funcionamento executivo foram realizados testes de Mann-Whitney, não se tendo verificado diferenças estatisticamente significativas entre as as mulheres que cometeram crimes violentos e as que cometeram crimes não violentos (cf. tabela 11).

Tabela 11

Diferença nas médias do FAB e respetivas subescalas entre mulheres em reclusão por crimes violentos e mulheres em reclusão por crimes não violentos

	Mulheres que cometeram crimes violentos (n=46)	Mulheres que cometeram crimes não violentos (n=67)	Mann-Whitney		*Rank-biserial correlation*
	M	*M*	*U*	*p*	
Funcionamento executivo global	14.83	15.61	1504.50	.828	.04
"Semelhanças"	2.26	2.35	1383.00	.768	.174
"Fluência verbal"	2.28	2.55	1383.00	.183	.174
"Séries motoras"	2.61	2.71	1379.00	.678	.179
"Instruções conflitantes"	2.48	2.56	1380.00	.722	.178
"Controlo inibitório"	2.35	2.50	1306.50	.388	.26
"Preensão manual"	2.96	2.95	1419.00	.905	.134

Utilizando como referência a variável do funcionamento executivo categórica, foram analisadas as diferenças entre os grupos. Os resultados revelaram a existência de uma associação marginalmente significativa entre a classificação categorial do funcionamento executivo e o tipo de crime cometido, $\chi^2(2) = 4.65$, $p = .098$, V de Cramer $= .203$. Assim sendo, foi possível perceber que existe uma maior

percentagem de mulheres com possibilidade de demência no grupo de mulheres em reclusão por crimes violentos (17.4%) e uma maior percentagem de mulheres com possibilidade de disfunção executiva no grupo das mulheres em reclusão por crimes não violentos (13.4%) (cf. tabela 12).

Tabela 12

Associação entre a variável categorial do instrumento FAB e os grupos de mulheres em reclusão que cometeram crimes violentos e crimes não violentos

	Mulheres em reclusão que cometeram crimes violentos (n=46)		Mulheres em reclusão que cometeram crimes não violentos (n=67)		χ^2 (2)	*p*	*V* de Cramer
	n	%	n	%			
Possibilidade de demência	8	17.4	4	6			
Possibilidade de disfunção executiva	3	6.5	9	13.4	4.65	.098	.203
Desempenho cognitivo normal	35	76.1	54	80.6			

Empatia e Funcionamento executivo

Utilizando uma correlação de *Spearman*, foi possível perceber a existência de uma correlação positiva estatisticamente significativa fraca entre a empatia cognitiva e o funcionamento executivo total, entre a empatia cognitiva e a subescala semelhanças da FAB, entre a empatia cognitiva e a subescala fluência verbal da FAB e entre a empatia cognitiva e a subescala instruções conflitantes da FAB (cf. tabela 13). Isto significa que mulheres em reclusão com maiores níveis de empatia cognitiva evidenciaram um melhor funcionamento executivo global, uma melhor capacidade de criar ligações de similaridade, uma maior flexibilidade cognitiva e uma maior autorregulação comportamental.

Foi verificada, também, uma correlação positiva significativa fraca entre a empatia global e a subescala semelhanças da FAB, e entre a empatia global e a subescala instruções conflitantes da FAB (cf. tabela 13). É possível concluir que mulheres em reclusão com maiores pontuações a nível da empatia global apresentaram uma maior capacidade de criar ligações de similaridade e uma maior autorregulação comportamental.

Tabela 13

Correlações para as variáveis de empatia e funcionamento executivo em mulheres em reclusão

	M	*SD*	1	2	3	4	5	6
1- Empatia global	76.46	10.26	_					
2- Empatia cognitiva	36.94	5.52	.733**	_				
3- Funcionamento executivo global	15.33	2.74	.148	.198*	_			
4- "Semelhanças"	2.31	.732	.233**	.295**	.619**	_		
5- "Fluência verbal"	2.44	.789	.159	.208*	.675**	.283**	_	
6- "Instruções conflitantes"	2.53	.848	.263**	.283**	598**	.343**	.327**	_

Nota. $*p < .05$; $**p < .01$. N=113

Realizadas análises de correlação por grupo, no grupo de mulheres em reclusão que cometeram crimes violentos foi possível verificar a existência de uma correlação significativa positiva moderada entre a empatia global e a subescala instruções conflitantes da FAB, concluindo-se que mulheres com maiores níveis de empatia global apresentaram uma maior autorregulação comportamental. Ainda neste grupo, foram encontradas correlações positivas significativas entre a empatia cognitiva e as subescalas semelhanças, instruções conflitantes e controlo inibitório (cf. tabela 14). Estes resultados demonstram que mulheres com maiores níveis de empatia cognitiva evidenciaram uma maior capacidade de criar ligações de similaridade, uma maior autorregulação comportamental e uma maior capacidade de inibição de resposta.

Tabela 14

Correlações para as variáveis de empatia e funcionamento executivo em mulheres em reclusão que cometeram crimes violentos

	M	*SD*	1	2	3	4	5
1- Empatia global	75.29	9.31	_				
2- Empatia cognitiva	36.13	4.56	.703**	_			
3- "Semelhanças"	2.26	.828	.286	.382**	_		
4- "Instruções conflitantes"	2.48	.888	.360*	.327*	.465**	_	
5- Controlo inibitório"	2.35	.900	.267	.301*	.418**	.656**	_

Nota. $*p < .05$; $**p < .01$. N=46

Isolando o grupo de mulheres em reclusão que cometeram crimes não violentos, foi possível verificar a existência de uma correlação significativa positiva moderadas entre a empatia global e a subescala séries motoras, concluindo-se que mulheres com maiores níveis de empatia global apresentaram uma maior capacidade de execução de tarefas sucessivas. Ainda neste grupo, foi encontrada uma correlação positiva significativa fraca entre a empatia cognitiva e a subescala instruções conflitantes concluindo-se que mulheres que apresentaram uma maior empatia cognitiva apresentaram uma maior autorregulação comportamental. Por fim, foi ainda encontrada uma correlação negativa significativa moderada entre a empatia afetiva e a subescala séries motoras, significando que mulheres que evidenciam maiores níveis de empatia afetiva tendem a apresentar uma menor capacidade de execução de ações sucessivas (cf. tabela 15).

Tabela 15

Correlações para as variáveis de empatia e funcionamento executivo em mulheres em reclusão que cometeram crimes não violentos

	M	*SD*	1	2	3	4	5
1- Empatia global	77.27	10.86	_				
2- Empatia cognitiva	37.49	6.05	.723**	_			
3- Empatia afetiva	39.78	7.48	.858**	.307*	_		
4- "Séries motoras"	2.71	.663	-.382**	-.100	-.382**	_	
5- "Instruções conflitantes"	2.56	.822	.205	.259*	.065	.118	_

Nota. $^{*}p < .05$; $^{**}p < .01$. N=67

Funcionamento executivo, idade e habilitações literárias

Apesar de este não ser um objetivo inicial, tendo em conta que a literatura identifica a existência de correlações entre a idade e as habilitações literárias e o funcionamento executivo (Faria et al., 2015), optamos por realizar análises de correlação de *Spearman* para estas variáveis. Assim sendo, foi encontrada uma correlação significativa negativa entre a idade o funcionamento executivo, tanto na amostra total, como na amostra de mulheres que cometeram crimes não violentos. Isto significa que mulheres mais velhas tenderam a evidenciar menores pontuações em tarefas de funcionamento executivo. O contrário também se verificou para a correlação entre as habilitações literárias e o funcionamento executivo (cf. tabela 16), existindo uma correlação positiva significativa positiva tanto na amostra total, como na amostra de mulheres que cometeram crimes violentos, e não violentos. Tal significa que mulheres com mais habilitações literárias tenderam a apresentar maiores pontuações no funcionamento executivo.

Tabela 16

Correlações entre funcionamento executivo, idade e habilitações literárias

		1	2	3
Amostra total (N=113)	1- Idade	_		
	2- Habilitações literárias	-.172	_	
	3- Funcionamento executivo	-.288**	.538**	_
Crimes Violentos (n=46)	1- Idade	_		
	2- Habilitações literárias	-.048	_	
	3- Funcionamento executivo	-.046	.666**	_
Crimes não violentos (n=67)	1- Idade	_		
	2- Habilitações literárias	-.250*	_	
	3- Funcionamento executivo	-.457**	.460**	_

Nota. $^{*}p < .05$; $^{**}p < .01$.

Discussão

Este estudo teve como objetivo caracterizar e analisar a empatia e o funcionamento executivo em mulheres em reclusão que cometeram crimes violentos e não violentos. Efetivamente, a investigação mostra que a falta de empatia se associa à violência, com uma relação significativa entre a empatia e a criminalidade (Azeredo et al., 2023; Jolliffe & Farrington, 2004; Yan et al., 2020). Os resultados encontrados no presente estudo não corroboram, todavia, a primeira hipótese de investigação. Através da análise, não foram encontradas diferenças significativa a nível da empatia entre as mulheres em reclusão e a população normativa. Esta ausência de diferenças pode surgir pelo motivo de que a população é do género feminino e apresenta características específicas. Uma destas características pode ser a maior facilidade no desenvolvimento de empatia. Tal como descrito por

Broidy et al. (2003), existem diferenças subtis entre homens e mulheres que influenciam a relação entre a empatia e a ofensa. Estas diferenças entre os géneros ocorrem porque as mulheres apresentam níveis mais altos de preocupação com os outros que resultam, consequentemente, numa maior facilidade no desenvolvimento de empatia.

No teste à segunda hipótese, foram encontradas diferenças ao nível da empatia cognitiva, onde se verificou que as mulheres que cometeram crimes não violentos apresentavam maiores níveis de empatia cognitiva do que as mulheres que cometeram crimes violentos. Isto significa que mulheres que cometeram crimes violentos apresentam mais dificuldades na adoção da perspetiva do outro e de perceção dos seus pensamentos e sentimentos, com uma maior dificuldade na compreensão e previsão do comportamento do outro, e consequentemente, no diálogo e entendimento social (Anastácio et al., 2016). Apesar de Goldstein e Higgins-D'Alessandro (2001) não encontrarem diferenças a nível da empatia entre mulheres que cometeram crimes violentos e não violentos, esta relação entre a empatia cognitiva e o comportamento criminal já tinha sido descrita por Jolliffe e Farrington em 2004.

Numa tentativa de confirmar a terceira hipótese, encontramos que as mulheres em reclusão apresentaram o mesmo nível de desempenho de funcionamento executivo quando comparadas com uma amostra normativa. Estes resultados não corroboram o apurado em estudos anteriores (Meijers et al., 2015; Neves & Pinho, 2018; Pflugradt & Allen, 2010; Rocha et al., 2014), nem as hipóteses deste estudo. Uma das razões para esta ausência de diferenças pode ser a utilização da FAB como medida de funcionamento executivo. A sua sensibilidade no reconhecimento de disfunção no lobo frontal e a sua administração fácil fizeram com que a mesma se tornasse bastante popular no âmbito clínico (Pomares et al., 2017). Todavia, pelo facto de não se encontrar validada para a população forense portuguesa, pode ter contribuído para um enviesamento dos resultados. Ponderamos ainda outro motivo para estes resultados, o género das participantes. Apesar de vários estudos (Meijers et al., 2015; Neves & Pinho, 2018; Pflugradt & Allen, 2010; Rocha et al., 2014) relatarem diferenças, a amostra utilizada por eles foi de homens ou mista. Mais uma vez, pode ser possível que características específicas das mulheres colmatem as diferenças encontradas nos homens a nível do funcionamento executivo. É reconhecido que as mulheres em reclusão tendem a apresentar maiores níveis de participação em programas desenvolvidos dentro dos estabelecimentos prisionais quando comparadas aos homens (Combalbert et al., 2017; Tietjen et al., 2018). Esta participação resulta numa maior

socialização e estimulação intelectual, e consequentemente, na preservação das capacidades do funcionamento executivo (Combalbert et al., 2017; Tietjen et al., 2018), justificando esta ausência de diferenças.

Nas análises referentes à quarta hipótese, foi apenas encontrada uma relação marginalmente significativa que apontava para a existência de uma maior percentagem de mulheres com possibilidade de demência no grupo de mulheres em reclusão por crimes violentos e uma maior percentagem de mulheres com possibilidade de disfunção executiva no grupo das mulheres em reclusão por crimes não violentos. Os nossos resultados não estão de acordo com o relatado por Meijers et al. (2017) quando encontraram diferenças a nível do funcionamento executivo em reclusos masculinos, sendo que homens em reclusão que cometeram crimes violentos apresentavam piores pontuações em certos componentes do funcionamento executivo em comparação com homens em reclusão condenados por crimes não violentos. Uma diferença importante, centra-se no género da nossa amostra e nas suas características diferenciais, tal como a impulsividade. A literatura reitera que mulheres que cometeram crimes violentos não apresentam níveis mais elevados de impulsividade quando comparadas a mulheres que cometeram crimes não violentos (Komarovskaya et al., 2007), ao contrário do que acontece com os homens (Meijers et al., 2017). Estudos demonstram que a impulsividade se encontra associada a défices no controlo inibitório, uma das principais componentes do funcionamento executivo (Dubois et al., 2000; Logan et al., 1997). Assim sendo, os nossos resultados podem ser justificados pela ausência de diferenças a nível de impulsividade entre mulheres que cometeram crimes violentos e não violentos, que se traduz numa ausência de diferenças a nível do controlo inibitório e consequentemente a nível do funcionamento executivo.

Quanto à última hipótese, foram encontrados resultados que corroboram a existência de uma correlação entre a empatia e o funcionamento executivo. Na amostra total de mulheres em reclusão constatou-se que maiores níveis de funcionamento executivo estão associados a uma maior empatia cognitiva. Estes resultados corroboram o papel preponderante do funcionamento executivo no processo empático, que já tinha sido defendido por Yan et al. (2020), quando encontraram uma maior correlação entre empatia cognitiva e o funcionamento executivo.

Ainda na análise de resultados, para a última hipótese, constataram-se correlações entre as subescalas da FAB e os tipos diferentes de empatia, na amostra total e entre os grupos. Neste estudo,

verificou-se que quanto maior as pontuações na subescala semelhanças, maior a empatia global e cognitiva na amostra total, e a empatia cognitiva na amostra de mulheres que cometeram crimes violentos. Esta subescala mede a capacidade da participante em gerar um pensamento abstrato e criação de ligações de similaridade (Dubois et al., 2000). Esta capacidade prepara o indivíduo para perceber o comportamento do outro e dar-lhe uma interpretação que não esteja implícita, facilitando o processo empático (Rankin et al., 2005). Uma participante com défices nesta subescala acaba por realizar apenas interpretações concretas sobre os outros e falha no reconhecimento das perspetivas dos que o rodeiam, as suas motivações e as suas intenções (Rankin et al., 2005), resultando numa menor empatia.

Quando analisada a subescala fluência verbal, constatou-se que maiores pontuações estavam associadas a uma maior empatia cognitiva, na amostra total de mulheres. Estes resultados não são novos, já que num estudo de Rankin et al. (2005) esta associação direta a uma maior empatia cognitiva já tinha sido constatada. Estes resultados podem dever-se às regiões específicas do cérebro responsáveis pela execução de tarefas de fluência verbal, que são elas: as regiões frontais esquerdas e, em específico, a região temporal medial e insular (Vonk et al., 2019). O envolvimento da região temporal medial na autorreflexão e na memória autobiográfica, torna-a também uma região-chave para a empatia cognitiva (Shamay-Tsoory, 2011). Assim sendo, a correlação de tarefas de fluência verbal com a empatia cognitiva pode dever-se à região cerebral comum ao funcionamento de ambas, a região temporal medial (Shamay-Tsoory, 2011; Vonk et al., 2019).

Na continuidade da análise, constatou-se que quanto maior a pontuação na subescala de séries motoras, menor a empatia global e afetiva da participante. Nesta subescala o examinador exemplifica uma sequência motora e depois pede que o indivíduo realize o mesmo movimento e os repita, medindo a capacidade de organização temporal, manutenção e execução de tarefas sucessivas (Cunha & Novaes, 2004; Dubois et al., 2000). Esta repetição de movimentos pode enquadrar-se no conceito de empatia motora, explicada por Blair (2005) como a tendência de mimetizar e sincronizar expressões faciais, posturas e movimentos de quem está a observar. Também referiu que indivíduos com traços de psicopatia, traços muito presentes em populações reclusas (Eisenbarth et al., 2012; Vitale et al. 2002), não demonstram défices ao nível da empatia cognitiva e motora, mas demonstram claros défices a nível da empatia afetiva (Blair, 2005), tal como encontrado no nosso estudo.

Constatou-se ainda, que mulheres com maiores pontuações na subescala de instruções conflitantes eram mulheres com maiores níveis de empatia global (na amostra total e no grupo de crimes violentos) e cognitiva (na amostra total e nos dois grupos). Esta subescala envolveu comandos verbais em conflito com informação sensorial, com intuito de medir a capacidade de autorregulação comportamental, (Cunha & Novaes, 2004; Dubois et al., 2000). Défices na autorregulação comportamental podem ser observados quando existem padrões de resposta que deveriam ser inibidos e encontram-se muitas vezes ativados (Pomares et al., 2017). Este conceito de inibição é análogo à subescala controlo inibitório, que se apresenta com uma tarefa similar à anterior, mas com uma diferente ordem dos movimentos (Cunha & Novaes, 2004) onde é avaliada a capacidade de inibição de respostas automáticas e de controlo de impulsividade (Dubois et al., 2000). Maiores pontuações nesta última subescala foram associadas a uma maior empatia cognitiva, no grupo de mulheres que cometeram crimes violentos. Estes resultados, de ambas as subescalas, confirmam o que foi descrito por Yan et al. (2020) sobre o papel do controlo inibitório durante o processo empático, em que o mesmo é responsável pela inibição de respostas automáticas às emoções dos outros, o que resulta numa maior regulação e consequente emissão de respostas mais apropriadas.

Faria et al. (2015) salientam o efeito da idade e nível de escolaridade no funcionamento executivo. Procedemos a análises que verificaram que quanto maior a idade, pior o funcionamento executivo, e quanto menor o nível de escolaridade, pior o funcionamento executivo. Os resultados encontrados no nosso estudo foram corroborados pelos descritos por Faria et al. (2015) numa amostra de população normativa.

O desenvolvimento deste estudo apresentou algumas limitações que sugerem uma interpretação dos resultados mais contextualizada de acordo com as mesmas. Em primeiro lugar, os instrumentos utilizados, BES e FAB, não se encontram validados empiricamente para a população forense portuguesa, o que por si só se apresenta como uma limitação e sugere uma interpretação dos resultados consciente das especificidades inerentes à amostra escolhida. Para além disso, o uso de um questionário de autorrelato, como a BES, encontra-se inerentemente suscetível à interferência da desejabilidade social. Esta limitação permite que os participantes respondam de acordo com o que acreditam ser socialmente esperado, em vez de fornecerem respostas totalmente sinceras. Outra limitação centra-se na idade jovem e baixa escolaridade geral das participantes, que pode afetar a precisão dos resultados da FAB, uma bateria desenvolvida para populações clínicas e de idade mais

avançada. Torna-se fundamental, em estudos futuros, procurar uma possível validação dos instrumentos para a população forense portuguesa, uma vez que são rápidos e fáceis de administrar, e apresentam-se como instrumentos essenciais para um melhor entendimento das especificidades da mesma. Adicionalmente, destacamos que a amostra utilizada foi uma amostra de conveniência, o que implica a seleção dos participantes com base na sua acessibilidade e disponibilidade, de modesta dimensão com um poder estatístico de .83, podendo resultar em possíveis vieses de seleção. Torna-se importante a adoção de uma abordagem com amostras aleatórias e um aumento do tamanho da amostra, a fim de obter resultados mais robustos e generalizáveis à população. Por fim, foi identificada a necessidade de, num estudo futuro, considerar a variável de tempo de reclusão que as mulheres já cumpriram até ao momento da investigação. Dados os condicionalismos decorrentes da situação de reclusão, é possível que o tempo de pena cumprido até ao momento possa ter influenciado os resultados obtidos para ambas as variáveis. Sugere-se também a realização deste estudo com uma amostra de pessoas ofensoras, mas que cumpram pena na comunidade, com intuito de perceber a influência do contexto prisional nas mesmas variáveis.

Conclusão

Com a crescente investigação na população forense e um longo percurso no estudo do crime e das suas protagonistas, a investigação focada no sexo feminino continua negligenciada. A população deste estudo foi especialmente escolhida devido a esta escassez de literatura e à constante generalização de resultados da população masculina para a população feminina. Apesar da amostra utilizada ser de conveniência e não representativa da população, é esperado que esta investigação contribua para um contínuo crescimento do conhecimento científico dentro deste campo de estudo.

A propagação de uma visão estereotipada da mulher em situação de reclusão conduz a práticas de tratamento inadequadas no sistema de justiça criminal, reforçadoras de comportamentos baseados em pré-conceitos (Matos & Machado, 2012). Os resultados obtidos neste estudo confirmam uma realidade não muito díspar, a nível da empatia e funcionamento executivo, entre a população normativa de mulheres e a população de mulheres reclusas, o que pode ajudar a combater algumas assunções previamente estabelecidas. A implementação de programas e atividades específicas ajustadas às necessidades das mulheres em situação de reclusão continua a ser necessária para

colmatar o possível declínio das funções executivas associadas à idade e ao contexto onde se inserem. Estes programas devem ser baseados em abordagens teóricas e práticas assentes em evidências científicas. Ademais, ressalva-se a necessidade de considerar as possíveis histórias de vitimação prévia vivenciadas pelas mulheres em reclusão antes de entrarem nos estabelecimentos prisionais, uma vez que, durantes as entrevistas, foram constantemente mencionadas. Existe a possibilidade de estas experiências adversas exercerem influência no desempenho dos instrumentos utilizados e no seu percurso de vida em geral, alimentando continuamente o ciclo de vítima-ofensor, onde indivíduos que se tornam ofensores, já foram, em outras instâncias, vítimas (Muftić et al., 2015). Portanto, é necessário e imprescindível a implementação de programas de intervenção que tenham como foco o apoio das possíveis vítimas que se tornaram perpetradoras. Essas intervenções devem visar sessões de apoio psicológico como forma de apoio uma melhor e mais fácil reinserção social destas mulheres na sociedade portuguesa, prevenindo a reincidência criminal e atendendo às necessidades individuais da população em causa.

Referências

Anastácio, S., Vagos, P., Nobre-Lima, L., Rijo, D., & Jolliffe, D. (2016). The Portuguese version of the Basic Empathy Scale (BES): Dimensionality and measurement invariance in a community adolescent sample. *European Journal of Developmental Psychology*, 13(5), 614–623. https://doi.org/10.1080/17405629.2016.1167681

Arbeláez, J., Calle, D., Amaya, L., Arango, V., & Martínez, A. (2020). Diferencias en una tarea de teoría de la mente entre mujeres con y sin conducta delictiva. *Psychologia,* 14(2), 107-120. doi: 10.21500/19002386.4898

Azeredo, A., Figueiredo, P., Ramião, E., Moreira, D., Barroso, R., & Barbosa, F. (2023). Reference values regarding measure of Basic Empathy Scale in forensic adolescents. Professional Psychology: Research and Practice, 54(1), 60–69. https://doi.org/10.1037/pro0000499

Blair, R.J.R. (2005). Responding to the emotions of others: Dissociating forms of empathy through the study of typical and psychiatric populations. *Consciousness and Cognition*. Doi: https://doi.org/10.1016/j.concog.2005.06.004

Broidy, L., Cauffman, E., Espelage, D., Mazerolle, P., &Piquero, Alex (2003). Sex Differences in Empathy and Its Relation to Juvenile Offending. Violence and Victims, 18(5), 503–516. doi:10.1891/vivi.2003.18.5.503

Burke, R. H. (2009). *An Introduction to Criminological Theory* (3rd ed.). Willan Publishing

Combalbert, N., Pennequin, V., Ferrand, C., Armand, M., Anselme, M., & Geffray, B. (2017). Cognitive impairment, self-perceived health and quality of life of older prisoners. *Criminal Behaviour and Mental Health*. Doi: https://doi.org/10.1002/cbm.2023

Cristofani, C., Sesso, G., Cristofani, P., Fantozzi, P., Inguaggiato, E., Muratori, P., Narzisi, A., Pfanner, C., Pisano, S., Polidori, L., Ruglioni, L., Valente, E., Masi, G., & Milone, A. (2020). The role of executive functions in the development of empathy and its association with externalizing behaviors in children with neurodevelopmental disorders and other psychiatric comorbidities. *Brain Sciences*, 10(8), 1–16. https://doi.org/10.3390/brainsci10080489

Cunha, P. J., & Novaes, M. A. (2004). Avaliação neurocognitiva no abuso e dependência do álcool: implicações para o tratamento. Brazilian Journal of Psychiatry, 23-27. https://doi.org/10.1590/S1516-44462004000500007

Curtis, C. (2016). *Anti-Social Behaviour: A multi-national perspective of the everyday to the extreme* (1st ed.). SAGE Publications Ltd.

Direção-Geral da Política de Justiça. Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça. Estatísticas Oficiais da Justiça. Disponível em: https://estatisticas.justica.gov.pt/sites/siej/pt-pt Acedido a 5 de abril de 2023

Eisenbarth, H., Osterheider, M., Nedopil, N., & Stadtland, C. (2012). Recidivism in female offenders: PCL-R lifestyle factor and VRAG show predictive validity in a German sample. *Behavioral sciences & the law*, *30*(5), 575–584. Doi: https://doi.org/10.1002/bsl.2013

Faria, C. D. A., Alves, H. V. D., & Charchat-Fichman, H. (2015). The most frequently used tests for assessing executive functions in aging. *Dementia & neuropsychologia*, *9*, 149-155.

Gao, Z., Ye, T., Shen, M., & Perry, A. (2016). Working memory capacity of biological movements predicts empathy traits. *Psychonomic Bulletin and Review*, *23*(2), 468–475. https://doi.org/10.3758/s13423-015-0896-2

Gökçen, E., Frederickson, N., & Petrides, K. V. (2016). Theory of Mind and Executive Control Deficits in Typically Developing Adults and Adolescents with High Levels of Autism Traits. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, *46*(6), 2072–2087. https://doi.org/10.1007/s10803-016-2735-3

Goldstein, Harold; Higgins-D'Alessandro, Ann (2001). Empathy and Attachment in Relation to Violent vs. Non-Violent Offense History Among Jail Inmates. *Journal of Offender Rehabilitation*, 32(4), 31–53. doi:10.1300/J076v32n04_03

Hurtado-Pomares, M., Carmen Terol-Cantero, M., Sánchez-Pérez, A., Peral-Gómez, P., Valera-Gran, D., & Navarrete-Muñoz, E. M. (2018). The frontal assessment battery in clinical practice: a systematic review. *International journal of geriatric psychiatry*, *33*(2), 237-251. Doi: https://doi.org/10.1002/gps.4751

Jollife D., & Farrington D. (2004). Empathy and offending: A systematic review and meta-analysis. *Agression and Violent Beahvior*. Doi: https://doi.org/10.1016/j.avb.2003.03.001

Komarovskaya, I., Loper, A. B., & Warren, J. (2007). The Role of Impulsivity in Antisocial and Violent Behavior and Personality Disorders Among Incarcerated Women. *Criminal Justice and Behavior*, 34(11), 1499-1515. Doi: https://doi.org/10.1177/0093854807306354

Kruttschnitt, C., Gartner, R., & Hussemann, J. (2008). Female Violent Offenders: Moral Panics or More Serious Offenders? *Australian and New Zealand Journal of Criminology*. 41. 9-35. Doi: 10.1375/acri.41.1.9

Lima, C. F., Meireles, L. P., Fonseca, R., Castro, S. L., & Garrett, C. (2008). The Frontal Assessment Battery (FAB) in Parkinson's disease and correlations with formal measures of executive functioning. *Journal of Neurology,* 255(11), 1756–1761. https://doi.org/10.1007/s00415-008-0024-6

Logan, D., Schachar, J., &Tannock, R. (1997). Impulsivity and Inhibitory Control. *Psychological Science, 8(1), 60–64.* Doi: 10.1111/j.1467-9280.1997.tb00545.x

Lombroso, C., & Ferrero, W. (1898). The Female Offender. https://brittlebooks.library.illinois.edu/brittlebooks_open/Books2009-08/lombce0001femoff/lombce0001femoff.pdf

Martins, C. (2011). Manual de analise de dados quantitativos com recurso ao IBM SPSS: Saber decidir, fazer, interpretar e redigir (1o Edição). PSIQUILIBRIOS

Matias, M. S. F. (2012). A Avaliação da Empatia na Adolescência: Estudos de validação da versão portuguesa da «Basic Empathy Scale» [Universidade de Coimbra]. http://hdl.handle.net/10316/26137

Matos, R., & Machado, C. (2012). Criminalidade feminina e construção do género: Emergência e consolidação das perspectivas feministas na Criminologia. *Análise Psicológica*, *30*, 33-47. http://hdl.handle.net/10400.12/3404

Meijers, J., Harte, J. M., Jonker, F. A., & Meynen, G. (2015). Prison brain? Executive dysfunction in prisoners. *Frontiers in psychology*, 6, 123821. Doi: https://doi.org/10.3389/fpsyg.2015.00043

Meijers, J.; Harte, J. M.; Meynen, G.; Cuijpers, P. (2017). Differences in executive functioning between violent and non-violent offenders. *Psychological Medicine*, (), 1–10. doi:10.1017/S0033291717000241

Morgan, A. B., & Lilienfeld, S. O. (2000). A META-ANALYTIC REVIEW OF THE RELATION BETWEEN ANTISOCIAL BEHAVIOR AND NEUROPSYCHOLOGICAL MEASURES OF EXECUTIVE FUNCTION. In *Clinical Psychology Review* (Vol. 20, Issue 1, pp. 113–136). https://doi.org/10.1016/S0272-7358(98)00096-8 Elsevier Science Ltd

Muftić, R., Finn, A., & Marsh, A. (2015). The Victim-Offender Overlap, Intimate Partner Violence, and Sex: Assessing Differences Among Victims, Offenders, and Victim-Offenders. *Crime & Delinquency*. 61(7), 899-926. https://doi.org/10.1177/0011128712453677

Neves, D., & Pinho, M. S. (2018). Self-regulation and the specificity of autobiographical memory in offenders. International. *Journal of Law and Psychiatry*, 57, 91–99. https://doi.org/10.1016/j.ijlp.2018.01.005

Ogilvie, J. M., Stewart, A. L., Chan, R. C. K., & Shum, D. H. K. (2011). Neuropsychological measures of Executive Function and Antisocial Behavior: A Meta-analysis. *CRIMINOLOGY*, 49, 1063. https://doi.org/10.1111/crim.2011.49.issue-4/issuetoc

Pflugradt, M., & Allen, P. (2010). An Exploratory Analysis of Executive Functioning for Female Sexual Offenders: A Comparison of Characteristics Across Offense Typologies. *Journal of Child Sexual Abuse,* 19(4), 434. doi:10.1007/bf00915957

Quaresma, C. (2019). Criminalidade Violenta: da sua medição às políticas públicas de segurança interna [Universidade Nova de Lisboa]. http://hdl.handle.net/10362/91303

Rankin, K., Kramer, J., & Miller, B. (2005) Patterns of Cognitive and Emotional Empathy in Frontotemporal Lobar Degeneration. *Cognitive and Behavioral Neurology* 18(1):p 28-36. Doi: 10.1097/01.wnn.0000152225.05377.ab

Shamay-Tsoory G. (2011). The Neural Bases for Empathy. *The Neuroscientist*; 17(1):18-24. Doi:10.1177/1073858410379268

Simon Baron-Cohen. (2011). The Science of Evil: On Emapthy and the Origins of Cruelty. Basic Books

Singh, S. (2017). Criminalizing Vulnerability: Protecting 'Vulnerable' Children and Punishing 'Wicked' Mothers. *Social and Legal Studies*, 26(4), 511–533. https://doi.org/10.1177/0964663916682825

Sistema de Segurança Interna (2024). Relatório anual de segurança interna 2023. Disponível em https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBQAAAB%2bLCAAAAAAABAAzNDEyNgEApqka1wUAAAA%3d

Sitek, J., Konkel, A., Dąbrowska, M., & Sławek, J. (2015). Utility of frontal assessment battery in detection of neuropsychological dysfunction in richardson variant of progressive supranuclear palsy. *Neurologia i Neurochirurgia Polska*. https://doi.org/10.1016/j.pjnns.2014.12.002

Sutherland, E. H., & Cressey, D. R. (1978). Criminology (10th ed.). J.N. Lippincott Company. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7326003/mod_resource/content/1/SUTHERLAND%2C%20Edwin%20H.%3B%20CRESSEY%2C%20Donald%20R.%20Criminology%20%281978%29-1-123.pdf

Thomas, W. I. (1907). Sex and Society: Studies in the social psychology of sex (1st ed.). University of Chicago Press. https://ia904709.us.archive.org/25/items/sexsocietystudie00thom/sexsocietystudie00thom.pdf

Tietjen, G. E., Garneau, C. R. H., Horowitz, V., & Noel, H. (2018). Showing Up: The Gendered Effects of Social Engagement on Educational Participation in U.S. Correctional Facilities. *The Prison Journal*, 98(3), 359-381. Doi: https://doi.org/10.1177/0032885518764921

Valiente, C., Eisenberg, N., Fabes, R. A., Shepard, S. A., Cumberland, A., & Losoya, S. H. (2004). Prediction of children's empathy-related responding from their effortful control and parents' expressivity. *Developmental Psychology*, *40*(6), 911–926. https://doi.org/10.1037/0012-1649.40.6.911

Villafaina-Domínguez, Beatriz; Collado-Mateo, Daniel; Merellano-Navarro, Eugenio; Villafaina, Santos (2020). Effects of Dog-Based Animal-Assisted Interventions in Prison Population: A Systematic Review. *Animals*, 10(11), 2129. doi:10.3390/ani10112129

Vitale, J. E., Smith, S. S., Brinkley, C. A., & Newman, J. P. (2002). The reliability and validity of the Psychopathy Checklist-Revised in a sample of female offenders. *Criminal Justice and Behavior, 29*(2), 202–231. Doi: https://doi.org/10.1177/0093854802029002005

Vonk J., Rizvi B., Lao P., Budge M., Manly J., Mayeux R., & Brickman A. (2019). Letter and Category Fluency Performance Correlates with Distinct Patterns of Cortical Thickness in Older Adults. *Cereb Cortex*. 1;29(6):2694-2700. Doi: 10.1093/cercor/bhy138

Walker, J. (2000). Early Identification and Intervention for YOuth with Antisocial and Violent Behavior. *Exceptional Children*, WIL (Vol. 66, Número 3). https://doi.org/doi:10.1177/001440290006600307

Yan, Z., Hong, S., Liu, F., & Su, Y. (2020). A meta-analysis of the relationship between empathy and executive function. PsyCh Journal, 9(1), 34–43. https://doi.org/10.1002/pchj.311

Yoder KJ, Harenski CL, Kiehl KA, Decety J. Psychopathic traits modulate functional connectivity during pain perception and perspective-taking in female inmates. *Neuroimage Clin*. 2022;34:102984. doi: 10.1016/j.nicl.2022.102984. Epub 2022 Mar 5. PMID: 35276604; PMCID: PMC8907686.

Anexos

Anexo A

Tabela 17

Distribuição de reclusas segundo o crime, em Portugal, em 2023

Tipologia	Subtipologia	Crime	Artigo	Número de mulheres reclusas em 2022
Crimes contra as pessoas	Crimes contra a vida	Homicídio	131.º	66
		Homicídio qualificado	132.º	
		Homicídio privilegiado	133.º	
		Homicídio por negligência	137.º	
		Incitamento ou ajuda ao suicídio	135.º	-
		Infanticídio	136.º	-
		Exposição ou abandono	138.º	-
	Crimes contra a integridade física	Ofensa à integridade física grave	144.º	11
		Mutilação genital feminina	144-A. º	
		Ofensa à integridade física qualificada	145.º	
		Violência doméstica	152.º	19
		Maus tratos	152-A. º	-
		Violação de regras de segurança	152-B. º	-

	Crimes contra a liberdade pessoal	Casamento forçado	154-B. º	-
		Escravidão	159.º	-
		Tráfico de pessoas	160.º	4
		Rapto	161.º	6
		Sequestro	158.º	
		Tomada de reféns	162.º	
		Coação sexual	163.º	0
		Violação	164.º	
		Abuso sexual de pessoa incapaz de resistência	165.º	0
		Abuso sexual de pessoa internada	166.º	
	Crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual	Procriação artificial não consentida	168.º	-
		Lenocínio	169.º	-
		Abuso sexual de crianças	171.º	0
		Abuso sexual de menores dependentes	172.º	0
		Lenocínio de menores	175.º	-
		Pornografia de menores	176.º	-
Crimes contra o Estado	Crimes contra a autoridade pública	Resistência e coação sobre funcionário	347.º	5
		Tirada de presos	349.º	-
		Auxílio de funcionário à evasão	350.º	-
		Motim de presos	354.º	-
		Descaminho ou destruição de objetos	355.º	-

		colocados sob o poder público		
Crimes contra a ordem e tranquilidade públicas	Crimes contra a paz pública	Associação criminosa	299.º	5
Crimes contra o património	Crimes contra a propriedade	Roubo	210.º	40
Lei de combate ao terrorismo	Lei n.º 52/2003, de 22 de Agosto	Infrações relacionadas com um grupo terrorista	3.º	-

Anexo B: Parecer da Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas



Universidade do Minho

Conselho de Ética

Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas

Identificação do documento: CEICSH 153/2022

Relatores: Emanuel Pedro Viana Barbas Albuquerque e Marlene Alexandra Veloso Matos

Título do projeto: *Emotional Processing and Psychopathy in Female Offenders*

Equipa de Investigação: Marina Leonor Pinheiro (IR), Doutoramento em Psicologia Aplicada, Escola de Psicologia, Universidade do Minho; Doutor Rui Abrunhosa Gonçalves (Orientador), Escola de Psicologia, Universidade do Minho; Doutora Olga Cunha (Orientadora), Universidade Lusófona, Porto

PARECER

A Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas (CEICSH) analisou o processo relativo ao projeto de investigação acima identificado, intitulado *Emotional Processing and Psychopathy in Female Offenders*.

Os documentos apresentados revelam que o projeto obedece aos requisitos exigidos para as boas práticas na investigação com humanos, em conformidade com as normas nacionais e internacionais que regulam a investigação em Ciências Sociais e Humanas.

Face ao exposto, a Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas (CEICSH) nada tem a opor à realização do projeto nos termos apresentados no Formulário de Identificação e Caracterização do Projeto, que se anexa, emitindo o seu parecer favorável, que foi aprovado por unanimidade pelos seus membros.

Braga, 29 de dezembro de 2022.

O Presidente da CEICSH



(Acílio Estanqueiro Rocha)

Anexo: Formulário de identificação e caracterização do projeto